

Reunião da Câmara Temática MOTOCICLETA (on-line)

Data: 20/04/2021

Hora: 10h00

Participante – Poder Público

- Alexandra - CET
- Dalva Vieira Francisco – CET
- Eduardo Canhadas – CET
- Eduardo Macabelli – CET
- Evely Trevisan - CET
- Ilana - CET
- Jairo - DIF/DTP
- Juliana Cruz – SMT
- Júlio Rebelo - CET
- Luan - SMT
- Luciana Durand - SMT
- Maria Teresa Diniz – SMT
- Michele Perea – SMT
- Nancy Scheider - CET
- Rafael D. Pires -
- Renan Bernard Rail – Procurador
- Roberto Cimatte – Diretor – DTP
- Rosa Maria de Oliveira - CET

Participantes Integrantes e convidados do CMTT

- Camila Carvalho
- Evandro Vale
- Fernando A. Sousa - Sedersp
- Gerson Silva Cunha
- Gringo
- Gustavo Magalhães Cazuze
- Rafael Stucchi
- Rodrigo Carlos Ferreira da Silva - Sindimoto
- Sérgio Francisco Della Antonio – IPT
- Valéria Beu - Sedersp
- Wilson - Abraciclo

Maria Teresa – Da boas-vindas a todos, informando que a partir dessa reunião teremos um cronometro que controlará o tempo de cada um, a fala terá um tempo 3 minutos.

Luciana Durand – Assessora do Secretário Levi – em nome do Secretário sabemos que vocês estão com esse trabalho há alguns anos, que neste momento vem sendo tratado com muito esmero por Maria Teresa, em toda administração pública há mudanças de titulares, mas a gestão é única, nós privilegamos muito o trabalho do CMTT - onde podemos ter um olhar da Sociedade Civil nas Políticas Públicas.

Rodrigo – estamos há 4 anos nessa luta, buscando desafios para diminuir o número de mortes no trânsito muito importante a participação do Ministério Público, que poderá nos ajudar na legalização das ações a serem tomadas, visando sempre a segurança, nossa preocupação maior é salvar vidas e gerar empregos com segurança.

Yasuda – faz apresentação das alterações do novo Código de Trânsito Brasileiro:

- Ampliação do prazo de validade do exame para renovação da CNH;
- Aumento do limite de pontos para a suspensão do direito de dirigir;
- Dispensa do porte do documento de habilitação quando a fiscalização puder consultar o sistema;
- Alteração na validade do exame toxicológico;
- Aumento da idade mínima para crianças em motos;
- Redução da gravidade da infração para motocicleta com farol apagado;
- Enquadramento da infração para motociclistas sem viseira ou óculos de proteção;

Ciclistas:

- Aumento de gravidade da infração para quem não reduz ao passar ciclista;
- Criação de multa para quem parar em ciclovia ou ciclofaixa;

Condução:

- Obrigatoriedade do uso dos equipamentos de retenção;
- Luz baixa durante o dia em rodovias apenas em pista simples;
- Mudança na regra para conversão a direita;

Habilitação:

- Fim da obrigatoriedade de aulas práticas noturnas;
 - Extinção do prazo para realização de novo exame após reprovação;
 - Curso preventivo de reciclagem;
 - Advertência por escrito automática para infrações leves e médias;
 - Aumento do prazo para indicação do condutor infrator;
 - Aumento do prazo para comunicação de venda;
 - Aumento do prazo para defesa prévia;
 - Regulamentação do prazo de notificação da penalidade.
- A Lei cria o Registro Nacional Positivo de Condutores.
- Obrigatoriedade de notificação por meio eletrônico;

Artigo 56 A, quando implementado foi vetado no Governo Fernando Henrique, corredor para tráfego para motos, na época houve uma justificativa, e para o novo CTB foi utilizada a mesma justificativa para continuação do veto.

Luan – faz a apresentação do Plano de Segurança Viária do Município de São Paulo; no momento estamos apresentando este plano nas 32 Subprefeituras a toda Sociedade Civil, para que possam dar suas contribuições, assim, o debate que queremos ter aqui com vocês hoje, pensando nesses eixos, quais ações que vocês acham de mais interessantes para contribuir nas propostas, para que possamos reduzir o maior número de morte também dos motociclistas nessas ações, convido a todos a entrar no link das Audiências Públicas e vocês poderão ter todo Plano de Metas, avaliar todas as 75 ações e dar sua contribuição.

Renan – foi interessante conhecer o trabalho de vocês aqui na Câmara Temática, mais específico conhecer o Plano de Segurança Viária, nós do MTP, na pandemia em específico, fizemos uma atuação emergencial por conta da situação no momento, requerendo junto as plataformas algumas medidas, visando a segurança do trabalhador em questão, além disso, todo esse cenário que vocês apresentaram esses números preocupantes, só vem reforçar ainda mais a importância de buscar ao trabalhador, a segurança do vínculo trabalhista empresa com o trabalhador, temos que chamar as empresas mostrar a necessidade deste vínculo e mostrar que essa medida, leva para a diminuição de risco ao trabalhador, para o MTP é importante essa nossa experiência aqui na Câmara Temática.

Maria Teresa – além das mortes, tem os que ficam com sequelas temporárias e as permanentes, esse número é preocupante, se esse trabalhador tiver este vínculo com a empresa, ele fará seu trabalho mais tranquilo e com segurança.

Luciana Durand – acho importante essa parceria do Ministério do Trabalho com empresas e trabalhadores, ainda mais nesse momento onde cresceu muito a procura para esse meio de trabalho, temos que dar uma garantia mínima de segurança a estes trabalhadores, a nossa meta aqui é Visão Zero, sem nenhuma morte, é a intensão de todos.

Fernando – estamos nesse debate de redução de acidentes há muito tempo, enquanto não trouxermos estas empresas de aplicativos para a responsabilidade, nada disso vai acontecer. Este número de mortes não vai diminuir, se não for feito nada, como campanhas educativas, cursos, fiscalização efetiva, além do vínculo trabalhista, nada vai mudar.

Rodrigo – importante dizer aqui, que estamos há 3 anos nessa pauta, já colocamos para o novo Secretário de Transporte as nossas 7 demandas coletivas, nós temos Leis que foram criadas duramente, a regulamentação do corredor na época foi vetado, o Sindimoto ficou quase 2 anos discutindo com o Congresso e agora foi vetado novamente, na questão da segurança, o grande desafio do Município de São Paulo, são os aplicativos, estamos a todo momento tentando criar algo que beneficie os aplicativos, a atividade com motos é de alta periculosidade, temos várias propostas aqui que já foram colocadas e nada anda, sinto que a Prefeitura e a Secretaria não estão

querendo mexer numa caixa de vespeiro, se a pessoa não souber dirigir a moto com segurança, haverá muitas mortes.

Yasuda – O Plano Nacional de Prevenção de Acidente está em atividade no Brasil há 10 anos, e não vemos êxito na redução de acidente, agora a nossa meta é reduzir o número de mortes, até chegar a zero, estamos a disposição para contribuir para que isso aconteça.

Gringo – todas as profissões que trabalham com transporte são regulamentadas, não sei por que a nossa não, acho que com o vínculo trabalhista ou não, temos que trabalhar com segurança, se as empresas de aplicativos exigissem pelo menos os equipamentos de segurança, não haveria tantos acidentes.

Gerson – nós não somos contra a fiscalização, mas que comece de cima para baixo, pois as empresas de aplicativos, que não cumprem as Leis, não estão nem aí com a segurança do trabalhador.

Ilana – há muito tempo estamos buscando uma forma de trabalhar esse aspecto da segurança com o condutor de moto, já estávamos até sentindo um êxito no nosso propósito, mas com a pandemia, as empresas de aplicativo vieram muito forte e tudo desandou, houve um retrocesso, temos que trabalhar todos os moldais, tem que haver por parte da sociedade um olhar mais humano, maior fiscalização e que a Lei seja respeitada.

Valéria – estamos vivendo uma nova realidade, com a pandemia houve um alimento nesse setor de delivery, muitos entram para esse segmento, sem nenhuma experiencia e segurança, a fiscalização é muito importante nesse momento.

Nancy – entendo que na montagem de um programa de segurança para moto, temos que priorizar duas situações, o excesso de velocidade e a responsabilidade, a fiscalização de álcool e droga também durante o dia.

Edgar – novamente vou falar que as empresas de aplicativos estão alugando motos com placas vermelhas, como elas conseguem estas placas em motos sem nenhuma segurança.

Rodrigo – não sei a Luciana sabe, nós temos um convenio com o DETRAN à ser assinado com IPT- o Detran, através do Evandro diz que o convênio está com o jurídico deles, estamos aguardando este parecer, já faz 7 meses que estamos aguardando este parecer para ser assinado este documento, estou quase pedindo à Prefeitura que faça isso. Estamos aqui de mãos atadas com uma questão muito importante, que é o uso da mochila pelos entregadores de aplicativo. Tem uma Lei que a proíbe, e todos os dias quem mais se acidenta são os que usam mochila, nós falamos todo mês aqui e eu não vejo, por parte da Prefeitura, nenhuma ação com relação a isso, parece que a gente vem aqui, tomamos um café e nada sai do papel, precisamos que a Prefeitura tome uma

decisão, gostaria de sugerir que a Câmara Temática pegasse uma Van e fosse nesses pontos de aplicativos, para ver o descaso com o trabalhador.

Sérgio – nós estamos há 7 meses discutindo a questão do baú, na parte interna do IPT, estamos prontos para começar, o que estamos aguardando é a parte Jurídica junto ao DETRAN. Podemos ver se é possível ter uma estimativa de tempo para essa resposta, por nós tudo bem fazer com o DETRAN ou com a Prefeitura.

Cimatte – Gostaria de informar que existem 6.728 trabalhadores cadastrados pelo DTP - CONDUMOTO, a grande maioria trabalha em empresas credenciadas de moto frete, na realidade este número é muito pequeno, perto do número de motociclistas que tem por aí trabalhando em empresas de aplicativos, e isso vem corroborar com a tese que nos aplicativos, todo mundo pode trabalhar sem ser cadastrado no DTP. Motocicleta com placa vermelha tem que estar cadastrada no DTP.

Maria Teresa – em relação a todas as frentes de trabalho, a Segurança Viária e as outras atuações da Prefeitura no âmbito da questão da mobilidade e da Segurança Viária, nós temos diversas ações em andamento, nós temos o Programa de Metas que vai definir quais dessas ações serão priorizadas do ponto de vista da Política da Prefeitura, quais serão monitoradas pelo Programa de Metas. As nossas ações não se restringe ao Programa de Meta, nós temos outras atuações que não estão incluídas nele. O Prefeito incluiu 75 Metas como propostas para essa gestão e dessas, 11 são da SMT. Não concordo com o Rodrigo, quando ele diz que estamos aqui e não fazemos nada. Temos equipes que estão trabalhando em diversas ações. Nós devemos avançar na questão com o DETRAN, não acho que esse contrato vai ajudar se vier para Prefeitura, vai demorar mais porque teremos que começar tudo novamente. Podemos sim, junto com IPT ver o que poderíamos fazer pra adiantar enquanto aguardarmos o Jurídico do DETRAN.

Sérgio – levarei ao IPT a possibilidade de adiantar este estudo.

Gringo – o PL apresentado na Câmara no ano passado nada mais é que uma alteração na Lei 14.491. Quem é motofretista já está coberto pelo seguro e quem não for, tem seus custos arcados pela empresa de aplicativo que o cadastrou.

Rodrigo – entendo que a Prefeitura trabalha em várias frentes, e não só a moto, mas por que as empresas só conversam com vocês, governo e nunca vem debater na Câmara Temática? Se as empresas cumprissem pelo menos as Leis que já existem como a da mochila, mas não fazem e vocês não fiscalizam.

Maria Teresa – vamos sim, vamos fazer uma lista com ações concretas e rápidas, que a gente pode começar imediatamente. Estamos trabalhando

internamente com esse assunto da regulamentação, assim que tivermos uma minuta vamos apresentar para vocês, precisamos acertar com o Luan e a Vanessa para sentar-se com vocês e falar da Campanha de Segurança Viária, envolvendo também o SAMU.

Rodrigo – é possível a SMT intermediar um pedido, junto a Secretaria da Saúde, de disponibilizar 1.000 kits do teste para Covid e fazermos uma testagem nos motofretistas?

Maria Teresa – podemos sim encaminhar essa solicitação, faz um pedido através de carta.

Luciana Durand – Senti que vocês falam muito sobre a regulamentação e sem dúvida alguma, só ter regulamentação não dá, tem que ter fiscalização, qualificação desses profissionais é importante, isso tudo é uma responsabilidade compartilhada, poder público, tomadores de serviços e o próprio profissional. A questão da Visão Humanizada, é isso que a gente mais busca nas Campanhas de Conscientização, quando se fala na velocidade, uso de álcool e droga, todas as campanhas daqui pra frente, tem essa visão humanizada, tudo isso passa por uma responsabilidade compartilhada de todos, acho interessante que vocês façam esta lista, com pautas que podemos trabalhar aqui na Câmara, podemos reforçar este convite às empresas para estarem aqui participando. Quanto a fiscalização, vou solicitar ao Cimatte fazer um estudo interno e apresentar a vocês, mostrar como são feitas essa fiscalização, são vários pontos a se tratar. Vocês podem ter certeza que os profissionais aqui irão atrás, para resolver da melhor forma possível.